

Revista Gepesvida

Edição Especial

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Número 13. Volume 5. 2019-2. ISBN: 2447-3545.



PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: O CURRÍCULO FUNCIONAL NATURAL

Jéssica Sousa Mendes Vieira¹

RESUMO

O artigo tem o objetivo de compreender as práticas pedagógicas desenvolvidas pela Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) a partir da proposta do Currículo Funcional, na sala de Serviço Pedagógico Específico (SPE). No Currículo Funcional Natural (CFN) os professores têm diversas formas de se trabalhar com os jovens com deficiência intelectual e, isso requer estímulos socializadores diferenciados que irão auxiliá-los no processo de desenvolvimento cognitivo, e potencializar as possíveis aprendizagens melhorando suas condições de interação familiar e social. O CFN é uma proposta de ensino que visa à melhoria da qualidade de vida diária dos jovens. Nesse sentido, questiona-se: Qual a importância do CFN para desenvolver as habilidades dos estudantes com deficiência intelectual? Essa pesquisa se caracteriza como qualitativa e utilizou como instrumento de coleta de dados a entrevista com os professores que trabalham na FCEE no projeto do CFN. Diante dos dados analisados considera-se, que se a prática pedagógica do professor estiver pautada em uma concepção educacional que valorize as diferenças e a potencialidade de cada educando, o professor poderá oportunizar um entendimento mais globalizado, sem os fragmentos da educação tradicional, podendo levar o educando a entender as partes e o todo, as causas e os defeitos, fazendo-o refletir sobre sua responsabilidade no processo de transformação da realidade circundante.

Palavras-chave: Currículo Funcional Natural. Educação Especial. Deficiência Intelectual.

¹Acadêmica do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Municipal de São José.

Revista Gepesvida

ABSTRACT

The article aims to understand the pedagogical practices developed by the Santa Catarina Foundation of Special Education (FCEE) from the proposal of the Functional Curriculum, in the room of Specific Pedagogical Service (SPE). In the Natural Functional Curriculum (CFN) teachers have different ways of working with young people with intellectual disabilities and this requires differentiated socializing stimuli that will help them in the process of cognitive development, and potentialize possible learning by improving their working conditions. family and social interaction. CFN is a teaching proposal aimed at improving the quality of daily life of young people. In this sense, the question is: What is the importance of CFN to develop the skills of students with intellectual disabilities? This research is characterized as qualitative and used as data collection instrument the interview with teachers working at FCEE in the CFN project. Given the data analyzed, it is considered that if the teacher's pedagogical practice is based on an educational conception that values the differences and the potentiality of each student, the teacher can provide a more globalized understanding, without the fragments of traditional education. It may lead the student to understand the parts and the whole, the causes and the defects, making him reflect on his responsibility in the process of transformation of the surrounding reality.

Keywords: Natural Functional Curriculum. Special education. Intellectual disability.

1 INTRODUÇÃO

Iniciou-se o artigo com o questionamento básico que perpassa o compromisso dos professores que trabalham nas salas de crianças e jovens com deficiência intelectual: Como apreciar os estudantes com necessidades educativas especiais por suas habilidades e não por suas limitações? Essa questão surgiu em decorrência do propósito dessa pesquisa que foi de compreender as práticas pedagógicas desenvolvidas pela instituição a partir da proposta do Currículo Funcional, na sala de Serviço Pedagógico Específico (SPE). Para tanto, foi necessário identificar maneiras do trabalho pedagógico na sala de SPE; e, verificar junto aos professores a importância do Currículo Funcional Natural (CFN) para estudantes com deficiência intelectual no SPE.

Nessa direção podemos argumentar que o jovem com deficiência intelectual é um sujeito ativo capaz de cuidar de suas necessidades pessoais e cooperar em tarefas e atividades da casa. No dia a dia observamos que, são grandes as dificuldades na ampliação das atividades propostas, como também nos cuidados pessoais e, principalmente, na sua dependência como pessoa e cidadão.

Revista Gepesvida

Nestes últimos anos, na Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), no atendimento de pessoas com deficiência intelectual, têm aumentado os usuários com maior comprometimento e limitações, inclusive, nas atividades de vida diária. Percebemos que eles têm dificuldades em adquirir maior autonomia na execução de tarefas simples, considerando que essas habilidades colaborarão para enriquecimento de sua qualidade de vida.

Assim optamos em analisar a proposta da FCEE que utiliza o CFN para a melhoria da qualidade de vida diária dos jovens com deficiência intelectual. As intervenções e o planejamento de um CFN é aquele que gere situações reais de aprendizagem, de forma a causar no jovem com deficiência intelectual uma aprendizagem para a vida, contribuir para a sua inclusão na sociedade.

No CFN os professores têm diversas formas de se trabalhar com os jovens com deficiência intelectual e, isso requer estímulos socializadores diferenciados que irão auxiliá-los no processo de desenvolvimento cognitivo, e potencializar as possíveis aprendizagens melhorando suas condições de interação familiar e social. O CFN é uma proposta de ensino que visa à melhoria da qualidade de vida diária dos jovens. Nesse sentido, questiona-se: Qual a importância do CFN para desenvolver as habilidades dos estudantes com deficiência intelectual?

O interesse pelo tema em estudo emergiu de entrevista, reflexão e registro sobre a prática pedagógica do professor da FCEE que trabalha com jovens deficientes intelectuais que apresentam maiores dificuldades. O trabalho da FCEE destina-se a adaptar atividades educativas e sugerir estratégias aos jovens que possibilitem o desenvolvimento de habilidades que são essenciais para torná-los mais independentes.

Essa pesquisa se caracteriza como qualitativa e utiliza como instrumento de coleta de dados a entrevista com os professores que trabalham na FCEE no projeto do CFN. A metodologia utilizada, foi de acompanhamento e registros das atividades que os jovens vivenciam na FCEE que podem contribuir para uma melhor qualidade de vida, envolveu a pesquisa bibliográfica e a pesquisa participativa.

A pesquisa bibliográfica serviu para enriquecer o referencial teórico e conhecer melhor o tema em questão. A pesquisa participativa envolve vínculos entre os pesquisadores e os pesquisados, podendo estabelecer um elo de conhecimento da

Revista Gepesvida

realidade, o que permite um bom desenvolvimento qualitativo. De acordo com Minayo (2013, p.58), a pesquisa participativa é a fase de exploração de campo e o trabalho se apresenta como uma possibilidade de se conseguir uma aproximação com o que se deseja conhecer e estudar.

Esta pesquisa foi realizada na FCEE, no município de São José, na região do estado de Santa Catarina. A implementação do projeto do CFN na sala de SPE para o desenvolvimento cognitivo dos estudantes respeitando sua parte cognitiva, começou no ano de 2017, porém apenas no ano de 2018 esse estudo está mais característico e implantado de maneira ativa nessa sala de referência. Esse projeto foi implantado na instituição por uma pesquisadora.

2 A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS

O termo “deficiência intelectual” é uma simples designação de vários fenômenos complexos relacionados a causas mais diversas, nas quais a inteligência inadequada ou insuficientemente desenvolvida constitui o denominador comum. Problema conhecido há muitos séculos, tem sido designado com as mais variadas denominações tais como: oligofrenia, retardo mental, subnormalidade mental, debilidade mental, imbecilidade, idiotia, hipofrenia, oligoergasia, apoucamento mental, empessamento mental e muitas outras. (HONORA & FRIZANCO, 2008)

A história da deficiência intelectual está plena destes e de outros conflitos que tem influenciado as relações profissionais. Ela está presente na história da educação especial e não se pode separar da história das perturbações do desenvolvimento, nem da história das ciências humanas (HONORA & FRIZANCO, 2008).

Os cuidados, o acompanhamento médico e a estimulação precoce social e pedagógica são conquistas recentes na história da deficiência intelectual. Estas alterações modificaram a noção da deficiência intelectual na comunidade científica e a imagem dos deficientes intelectual na sociedade, dando-lhes mais esperança de vida e melhoria na sua qualidade.

Em 1877 a antiga classificação de Ireland define o termo “idiotia” considerava a deficiência mental comogenética, eclâmptica, sífilítica, microcefálica, epiléptica, inflamatória, cretinica, hidrocefálica, paralítica, esclerótica e, por privação. Isso mostra a

Revista Gepesvida

complexidade do problema da época e faziam parte dos quadros clínicos. Parecia ser algo de anormal e indiferente na constituição científica (HONORA & FRIZANCO, 2008).

Houve outros autores que definiram a deficiência intelectual, mas o interessante foi o que Binet e Simon estabeleceram o conceito de forma psicométrica, em que se dividiu em três grupos: os débeis mentais, os imbecis e os idiotas. Porém a classificação é feita em termos de QI (quociente de inteligência) que vai de 50 a 75 no primeiro grupo, 25 a 50 no segundo grupo e abaixo de 25 no terceiro (HONORA & FRIZANCO, 2008).

Em 1927 o *Mental Deficiency Act*, na Inglaterra define como um estado de parada do desenvolvimento ou de desenvolvimento intelectual incompleto, existente antes dos 18 anos, determinado por causas intrínsecas ou produzidos por doenças ou traumatismos.

Com o passar das décadas tornou-se mais evidente um estudo minucioso a respeito da deficiência mental e no Congresso Mundial sobre o futuro da educação especial em 1978, aprovou a definição proposta pelo comitê para a deficiência mental, que é quando a criança se desvia da média ou da criança normal em: características mentais, aptidões sensoriais, características neuromusculares e corporais, comportamento emocional e social, aptidões de comunicação e múltiplas deficiências, até ao ponto de justificar e requerer a modificação das práticas educacionais ou a criação de serviços de educação especial no sentido de desenvolver ao máximo as suas capacidades.

O conceito de deficiência intelectual passou por várias transformações até chegar a essa denominação atual. Conforme o decreto 3.298 de 20/12/1999, em seu artigo 4º, são consideradas as pessoas com deficiência mental aquela que se enquadra nas seguintes categorias:

Funcionamento intelectual significativamente inferior a média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas (SASSAKI, 2002, p.33), tais como: “comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; trabalho.”

A nomenclatura de deficiência intelectual foi mudando no decorrer da história da evolução científica e social, o que prova que a conceituação passa a ser mais ampla e mais concreta de acordo com o espírito da época. Em modo geral, o comportamento

Revista Gepesvida

adaptativo abrange uma investigação no seu desempenho, na adaptação no meio social por meio de cuidado pessoal, comunicação, socialização e ocupação. Algumas características são marcantes e que compromete a habilidade de:

- Cuidado pessoal: Higiene, hábitos a mesa e vestuário.
- Comunicação: Linguagem falada e escrita, conceitos básicos de diferenças e igualdades, entendimento na descrição e mensuração de órgãos sensoriais através de acuidade auditiva, visual, entre outros.
- Socialização: Atividades domésticas, recreativas, comportamento em sala de aula, familiar e social como também o trabalho da sexualidade.
- Ocupação: Agilidade, destreza, concentração, responsabilidade (capacidade de cumprir ordens) (SUPLINO, 2005)

Por meio da falta dessas habilidades descritas acima a pessoa com deficiência intelectual se caracteriza como tal e o profissional que trabalha com o CFN enfatizará em sua prática trazer bem-estar e qualidade de vida para o indivíduo. Segundo Honora & Frizanco, (2008), no funcionamento cognitivo avalia a atividade intelectual da pessoa com a deficiência mental abordando a proposição de inteligências múltiplas por Gardner (2006), o qual constituiu possibilidades de classificar os fatores da inteligência ou habilidades humanas identificando nove tipos de inteligência a saber (quadro 1):

- Linguístico: um domínio e gosto especial ao idioma e palavras.
- Lógico-matemático: Capacidade de avaliar objetos e abstrair as suas relações e princípios subjacentes.
- Musical: Competência não só de compor ou executar trechos de ouvido, ritmo e timbre, mas também executar, discernir e identificar.
- Espacial: Perceber o mundo visual com precisão, transformar, modificar percepções e criar experiências visuais.
- Corporal-cinestético: Controlar e orquestrar movimentos de corpo.
- Inteligências pessoais: Humores com precisão determinado, sentimentos e outros estados mentais intrapessoais e interpessoais, usando a informação como guia para o comportamento.
- Naturalista: Reconhecendo e categorizando objetos naturais.
- Existencial: Capturando e ponderando as perguntas fundamentais de existência.

Quadro 1. Habilidades humanas segundo Gardner. Fonte: Gardner (2006). Múltiplas Inteligências.

Revista Gepesvida

Porém existem outros autores que realçam a importância da inteligência, a inteligência abrange dois aspectos o potencial inato da pessoa e a expressão funcional do potencial como capacidade utilizável e utilizada. Realçam que o potencial inato é fisiológico enquanto os aspectos funcionais são comportamentais.

Se disser que a inteligência é uma característica unitária, o homem terá que assumir que a deficiência mental resulta de um problema nessa única inteligência. A inteligência é um fenômeno unitário, singular, indivisível e entende como fenômeno agrupado, composto de muitas aptidões mentais distintas. Hoje, os investigadores da ciência favorecem a abordagem das múltiplas aptidões para definir a inteligência (HONORA & FRIZANCO, 2008), por isso o conceito atual, não é deficiência mental, mas intelectual, pois somente uma parte do cérebro, aquela responsável por algum aspecto cognitivo está comprometida.

Dessa forma, percebeu-se uma diferença considerável com a definição de inteligência, tendo uma preocupação com a intelectualidade da pessoa.

Está especificamente direcionado ao período que ocorre desde o nascimento até os 18 anos de idade. O desenvolvimento está relacionado com o comportamento adaptativo e funcionamento cognitivo. Se houver defasagem no processo destes para a pessoa com deficiência intelectual pode ser considerado como tal (HONORA & FRIZANCO, 2008).

Isto é evidenciado quando o sujeito tem dificuldades de aprender na escola, de raciocinar e ter percepção com o mundo. Mais tarde provoca grande incapacidade de realizar atividades e responsabilidades sociais. Tem dificuldade de comunicação e socialização.

A deficiência intelectual pode ser classificada em quatro níveis. Não é fácil dividir precisamente a linha que tange os diferentes níveis de retardo, os escores de quociente de inteligência (QI) o nível de adaptação e problemas orgânicos são importantes para tal distinção (HONORA & FRIZANCO, 2008).

Lembrando que a interpretação dos testes de QI devem ser feita com cautela e flexibilidade sendo considerado um guia e não um indicativo preciso e absoluto. Segue abaixo os diferentes níveis:

Revista Gepesvida

Segundo Dalgarrondo (2000, p.175), este grupo atinge a grande maioria deste transtorno “compreendendo cerca de 85% de todos indivíduos com retardo mental”. Muitas vezes, neste grupo a etiologia é desconhecida, neste nível de gravidade as pessoas em sua maioria desenvolvem habilidades sociais e de comunicação, tem pouco prejuízo nas áreas sensório-motor, e podem levar uma vida independente, sem necessidade de supervisão contínua, seu QI varia de 55 a 70.

Existem características específicas adotadas pela OMS (CID-10) para diagnosticar este grau leve de retardo mental, como: fala demorada nos primeiros anos de vida, dificuldade em lidar com conceitos abstratos complexos, raciocínio lógico entre outros.

Não pode esquecer que exige uma assistência adequada, médica, psicológica e social.

Os sujeitos apresentam QI na faixa de 40 a 54, com idade mental correspondente mais ou menos a uma criança de 6 a 9 anos de idade. Há necessidade de cuidados e supervisão, ou seja, programas de treinamento sistematizado, quando se deparam com fatores estressantes, porém são capazes de cuidar de si e de seu sustento, desempenhando funções não especializadas e mecânicas.

Ainda podem ter uma vida praticamente normal, mas não totalmente independente. (HONORA & FRIZANCO, 2008).

As pessoas que apresentam este grau de severo de deficiência intelectual tem um QI de 25 a 39, que antigamente era denominado “imbecilidade”. As pessoas, nessa condição apresentam um grande atraso no desenvolvimento de aprendizagem das habilidades básicas, que estas só são conseguidas por volta dos 6 anos de idade cronológica e, também, um desenvolvimento motor e neuropsicológico bastante prejudicado e retardado, apresentando constantemente epilepsia, problemas neurológicos e físicos. (HONORA & FRIZANCO, 2008).

Suas capacidades de aprendizagem são mínimas, somente aprendizagem rudimentar e não em áreas acadêmicas, apenas em áreas de cuidados pessoais, tarefas simples relacionadas à higiene, porém na vida adulta necessitam de apoio e supervisão constante. A capacidade comunicativa é, na maioria das vezes, afetada

Revista Gepesvida

totalmente ou quase total a fala desses indivíduos. A maioria deles, entretanto, ainda é capaz de andar sem auxílio.

2.1 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECUTAL NO CONTEXTO EDUCATIVO DA ESCOLA

Para desenvolvermos a compreensão de que as pessoas com deficiência se desenvolvem de maneira extraordinária no campo das relações sociais e no campo cognitivo. Cada jovem possui um corpo, como afeto, o intelecto e motricidade estão profundamente conectados e se articulam definindo as singularidades e potencialidades de cada ser ao longo de sua história.

A linguagem é um meio que ocorre espontaneamente com e entre os jovens com deficiência, esse procedimento vai acontecendo por meio de estímulos que o ambiente proporciona para a pessoa. É uma ação que ocorre lenta mais com o passar do tempo ela vai progredindo e dando sentido. Para Vigotsky (*apud* PINO, 2000, p. 15)“ [...] nós nos tornamos nós mesmos através dos outros [...], com o convívio com o outro que o pequeno ser humano começa a adquirir uma significação do mundo que ele está inserido”.

Durante muitos anos, esta tarefa de cuidar dos deficientes era atribuída apenas as famílias, atualmente, caracteriza-se como uma tarefa pertinente a toda a sociedade, ou seja, uma tarefa que deve ser compartilhada com as instituições de Educação.

Coneglian (2008) define as escolas como instituições abertas às famílias e à comunidade, como um local que oferece a efetivação de um direito social que todas as famílias têm, e que possui como objetivo garantir bem-estar para todos. Nesse sentido, esse estabelecimento educacional tem como foco o estudante e como opção pedagógica possibilitar uma experiência intensa e qualificada que efetive o desenvolvimento integral dos mesmos.

Coneglian (2008) destaca três aspectos das que são considerados imprescindíveis na constituição de propostas para a educação dos bebês em espaços coletivos. O primeiro aspecto se refere à compreensão das pessoas com deficiência como sujeitos da história e de direitos. Direito a proteção, saúde, liberdade, confiança, respeito, dignidade, brincadeira, convivência e interação com outras crianças.

Revista Gepesvida

O primeiro aspecto é quando os sujeitos com deficiência são compreendidos como seres capazes, em desenvolvimento, eles deixam de ser coadjuvantes protagonistas do projeto educacional, visto que a educação, iniciando com o trabalho desenvolvido com indivíduos com deficiência, se afirma o compromisso com a oferta de um serviço educacional que promova, para todos, a possibilidade de viver uma experiência comprometida com a aprendizagem.

O segundo aspecto refere-se a defesa de uma sociedade que reconheça, valorize e respeite a diversidade social e cultural, e que procure construir a igualdade de oportunidades educacionais entre os jovens, que ofereça acesso a bens culturais, sem distinção qualquer.

O terceiro aspecto refere-se à valorização das relações interpessoais, a convivência entre as pessoas, de modo que estas relações sociais oferecem os elementos para a construção da sociabilidade e da constituição subjetiva de cada um. Esse é um importante papel da educação, principalmente, no que se refere às pessoas com deficiência, pois as interações entre as pessoas têm muita importância para a construção das identidades pessoal e coletiva dos indivíduos, do grupo ao qual fazem parte.

2.2 CURRÍCULO FUNCIONAL NATURAL NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

Com a dinâmica das práticas pedagógicas que estão inseridas na educação especial, a FCEE resolveu mudar sua postura focando em um caminho de reconstrução, pensando na aquisição de habilidades funcionais para os estudantes da instituição, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência intelectual.

O CFN é a teoria que fundamenta as atividades da sala de referência, esse método foi desenvolvido nos Estados Unidos para estabelecer a autonomia da pessoa com deficiência intelectual. O CFN chegou ao Brasil há cerca de 30 anos, tem como objetivo que a pessoa com deficiência se torne cada vez mais independente visando que futuramente seus cuidadores possam necessitar de sua ajuda. Esse currículo trata a pessoa com deficiência como qualquer outra, tendo os mesmos direitos e objetivos.

O CFN, como já diz no seu nome, deve ser aplicado de forma natural e funcional. Funcional porque aquilo que o jovem com deficiência intelectual deve aprender tem que ter funcionalidade para sua vida, algo que ele possa fazer dentro da instituição e fora

Revista Gepesvida

também, algo que vai contribuir e ajudar na sua independência. Natural porque a forma que deve ser aplicada deve ser de maneira natural, o ambiente, os materiais, deve ser algo inserido no dia a dia de cada estudante.

[...]a palavra FUNCIONAL significa que é necessário que as habilidades a serem ensinadas tenham uma função para a vida da pessoa, que ela aprenda o que é necessário para ter êxito e ser aceitável em seu meio como qualquer outra pessoa. A palavra NATURAL refere-se aos procedimentos de ensino usados no Currículo Funcional Natural, dando ênfase para que o ambiente de ensino e os procedimentos utilizados sejam o mais próximo possível ao que ocorre no mundo real (BARIVIERA,2014. Apud GIARDIETTO, 2009, p. 29).

O currículo não pode ser definido apenas por algo que se deve ensinar, mas uma conjunto com os estratégias de ensino cognitivo e as habilidades a serem viabilizadas pelos professores capacitados.

Em relação a algumas atribuições da aplicação do CFN, segundo o texto “Currículo para comportamentos adequados e aquisição máxima de habilidades” (LeBlanc,1998) devem ser feitas das seguintes maneiras.

Nesse sentido, o educador, enquanto agente do processo, deve ensinar com entusiasmo e motivação todos os estudantes. Se o professor está entusiasmado, motivado com a atividade em curso, seus estudantes com certeza estarão. Dessa forma, é fundamental construir atividades criativas, significativas e divertidas. Um termômetro dessa relação é o nível de entusiasmo e motivação dos estudantes. Se o professor sente-se enfadado, desmotivado ou cansado com a aula, os estudantes com certeza sentem o mesmo.

Outro ponto a destacar é o tom de voz e a linguagem utilizada pelos professores com o estudante, quando estão em processo de mediação. A linguagem precisa de natural, clara e precisa, evitando-se gritos e tons muito altos. Essa compreensão é uma estratégia significativa facilita o entendimento por parte do estudante seria repetir a mesma instrução com diferentes palavras.

Com relação às habilidades, o professor que está usando o CFN não pode enfatizar as dificuldades dos estudantes ou mesmo suas fraquezas. O “não” deve ser pouco usado, como recomenda a proposta do CFN. Quando enfatizamos os pontos fortes e suas potencialidades damos ao estudante a condição ou mesmo oportunidade de mostrarem o melhor de si. Isso faz com que a motivação aumente e suas potencialidades

Revista Gepesvida

sejam valorizadas trazendo a tona a confiança para aprender as habilidades que ainda não domina.

A atenção do estudante deve ser garantida por meio da mediação e das interações antes de ser dada uma ordem ou fazer um pedido. É importante certificar-se de que o estudante está de fato atento e sua atenção direcionada àquilo que se pede ou ensina. Muitas vezes, percebemos que o estudante comete erros por estar desatento. São inúmeros os casos de professores e estudantes frustrados diante de uma sequência de erros, por falta de atenção ou de instrução clara e precisa.

Frizamos que no CFN as ordens dadas devem ser claras e precisas para garantir o mínimo de erros. Muitos de nós teríamos dificuldades para reduzir uma instrução que não tenha ficado muito clara. O recomendado é que as palavras e as expressões que não dêem margem a um duplo entendimento.

É recomendado pelo CFN que as instruções, comandos e ordens precisam ser apenas aquelas indispensáveis com significado e clareza. Essas não devem ser repetidas mais de duas vezes, pois temos o entendimento de que a compreensão do estudante com deficiência não pode ser por meio de ensaios e erros, mas por construção de atitudes cognitivas. No entanto, propicio um espaço de tempo entre uma ordem e a sua repetição para que as funções cognitivas sejam ativadas. Os estudantes precisam de tempo para compreender uma informação mentalmente e, o fato de ficarmos repetindo seguidamente a mesma ordem não significa garantia de aceleração do seu cumprimento. A repetição sem intenção pode causar confusão mental. O tempo tem que ser suficiente para a resposta do estudante e sua compreensão. Muitas vezes, a ansiedade do instrutor pode dificultar a manifestação da resposta por parte do estudante. Em lugar de aguardar, acaba-se realizando aquilo que deveria ser o estudante a fazer por implusividade do professor. É importante esperar que o estudante processe a informação recebida e emita a resposta mesmo que não seja a correta, para depois continuar a mediação da tarefa a ser realizada.

O educador deve manter-se calmo, com atenção e incentivar o estudante nas tarefas. A calma mantida durante o período de ensino, é de essencial para viabilizar ao estudante a tranquilidade necessária para aprender e compreender o que se deseja fazer. Um instrutor estressado, ansioso ou impulsivo pode gerar um aprendiz as mesmas características, além de uma situação de ensino imprópria ao aprendizado.

Revista Gepesvida

O educador quando brinca, interage e é alegre tornará o ambiente de ensino muito mais relaxado, atraente e significativo, além de contribuir para o afastamento do enfado durante a realização das atividades propostas.

Elogios devem ser descritivos, quando necessário para incentivar e trabalhar a auto-estima do estudante. Quando um educador usa desse artefato deve ser muito específico com relação ao comportamento que está elogiando para auxiliar na compreensão do estudante de qual o comportamento é esperado e desejável. Nas estratégias propostas pelo CFN as ajudas físicas devem ser evitadas, de forma a dar ao estudante a oportunidade de fazer sozinho e poder perceber seu próprio potencial. O objetivo é que o estudante possa trabalhar da forma mais independente possível.

Os interesses do estudante precisam ser aproveitados para ensino de novas habilidades ampliando assim suas funções cognitivas. Partir de assuntos e/ou atividades que são do interesse do estudante, ou seja, contextualizadas no cotidiano do estudante aumenta o grau de concentração e participação, facilitando a aprendizagem de novas habilidades e competências (LEBLANC, 1998).

Todas essas estratégias propostas pelo CFN se constituem em ferramentas que guiam as práticas pedagógicas com procedimento que visam ter objetivos para facilitar a adaptação do jovem com deficiência intelectual para aquilo que está sendo ensinado, e para terem finalidade nas respostas e nas avaliações.

O currículo é determinado, ou seja, produzido, pela experiência, na qual compreende a vivência imediata de situações individuais e/ou coletivas e a sua elaboração investigativa se dá, seja ela na escola, bem como na vida diária de cada estudante, ou membro que pertence a este currículo. A experiência se realiza quando nesta vivência nos apropriamos de dispositivos de observação, análise, registro, reflexão, crítica e interpretação do que está sendo vivenciado, pois o currículo nos “níveis de educação obrigatório, pretende refletir o esquema socializador formativo e cultural que a instituição escolar tem” (BARIVIERA, 2014. Apud SACRISTAN, 2000, p. 43).

Diante das considerações apontadas compreendemos que a filosofia do CFN define a família como parte fundamental na construção e na aquisição dessas habilidades e competências. Essas são de extrema importância na participação desse processo educacional de aprendizagem e social e se consolida como um meio entre o professor e o estudante, e que esse trabalho seja dada continuidade em sua vida fora da instituição.

Muitas vezes, a grande dificuldade de realização desse trabalho vem da compreensão que temos sobre a capacidade cognitiva dos estudantes com deficiência

Revista Gepesvida

intelectual ou mesmo do próprio trabalho a ser realizado, especialmente quando pensamos na aquisição e independência do jovem com deficiência intelectual. Nesse caso, temos além disso a família, que ainda afirmam um pensamento de impotência quando se fala em construir a independência de seu familiar, porém com a parceria da instituição e desse familiar, acredita-se que esse pensamento possa ser modificado. No entanto, para isso é necessário orientações tendo em vista que sem a parceria com a família não terá grandes aquisições de conhecimentos e habilidades dos estudantes.

As técnicas de aprendizagem, dentro da CFN devem ser inseridas nos familiares, dessa forma a instituição tem parte fundamental em orientar essas famílias, assim muitas vezes mostrando maneiras para que eles continuem esse processo de aprendizagem. Algo claro é que não deve tirar dos pais seus papéis, mas sim torná-los ferramentas de seus filhos no auxílio da compreensão de que são capazes de fazer outras coisas. Os professores do CFN ajudam na orientação, mas não podem exercer suas funções.

Coneglian (2008), destaca a importância de se trabalhar de forma diferenciada com os jovens com deficiência intelectual:

A participação de grupos na luta por direitos, inclusive da população com necessidades especiais, das pessoas com deficiências, coloca a questão da acessibilidade em evidência; direito inerente ao ser humano e dever da sociedade de oferecer a todas as pessoas meios para participar do cotidiano da vida, eliminando barreiras de qualquer ordem, sejam as mais visíveis como barreiras arquitetônicas, adaptando materiais, instrumentos, modificando metodologias e processos, sejam barreiras mais subjetivas como as atitudinais (CONEGLIAN, 2008, p.133-134).

Na sala de SPE devemos saber conciliar o trabalho a ser desenvolvido do CFN, trabalhando as aquisições de habilidades e do ensino propriamente dito de conhecimentos específicos científicos que estudantes dessa idade teriam, respeitando sua deficiência e sua parte cognitiva, no entanto é importante que o professor possa compreender a prática pedagógica para buscar alternativas pedagógicas com o objetivo de responder as necessidades de cada um.

É de extrema importância conceituar que o jovem com deficiência intelectual necessita de auxílios para seu desenvolvimento social assim esse desenvolvimento irá participar e contribuir para a parte cognitiva desse estudante, assim sendo na sala de SPE da intuição especializada conseguiu vincular o conhecimento funcional com o cognitivo,

Revista Gepesvida

sem limitar que o jovem com deficiência intelectual não possa aprender assuntos que sua idade cronológica precisa, respeitando as metodologias individuais de cada um.

Necessita entender que precisa ser desenvolvido um planejamento que esteja vinculada essas duas atribuições de conhecimento, e esteja em completa sintonia de trabalho, para que uma contemple a outra, dessa maneira é necessário a capacitação interina do responsável, para que esses dois conhecimentos não se atrapalhem.

Durante o ensino e a dinâmica dentro da sala de referência percebe-se o grande problema nas atividades propostas, a grande dúvida de como conseguir conciliar essas aprendizagens de maneira natural e educacional, enfatizando principalmente a dependência formada do jovem com deficiência intelectual com a pessoa que orienta.

Pensando na maior autonomia que necessita aprendizado do jovem segundo o livro “Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE (2014) os principais objetivos são:

Ao analisar se os Planos de Trabalho Docente, contemplam o CFN e propor atividades educacionais, temos indicadores de possíveis estratégias utilizadas que auxiliam no desenvolvimento de habilidades funcionais e competências. Apresentar para os profissionais na área de educação especial que desenvolvem trabalhos com estudantes de deficiência intelectual, o CFN, auxilia muito mais no desenvolvimento e no rendimento educacional.

Nesse sentido, compreender o processo de construção do CFN adequado e instruindo por educadores para trabalhar atividades da vida prática, proporcionando o desenvolvimento de comportamento e atitude adequados para o convívio social. Dessa forma, temos um currículo contextualizado para oportunizar a vivência das tarefas do cotidiano no ambiente escolar e familiar, denominadas atividades de vida prática (AVPs) e atividades de vida diária (AVDs) melhorando assim a sua qualidade de vida, associadas com o currículo acadêmico formal (BARIVIERA,2014).

Diante disso, podemos entender que esse ensino traz algumas oportunidades funcionais e naturais para que os estudantes possam se tornar cada vez mais “donos de si” e, assim serem cidadãos como qualquer outros para desfrutar de seus direitos e obrigações, em diversos contextos, como formais ou acadêmicos.

Revista Gepesvida

Esse currículo se chama funcional, pois é um processo de constante avaliação, não somente da parte da pessoa que está recebendo o conhecimento, propriamente dito o estudante, mas sim pois procura entender o que pode ser útil em sua vida, para melhorar seu acesso de conhecimento global e garantir então o seu conhecimento de direito.

Vale ressaltar que o CFN não substitui a presença do professor, muito pelo contrário, é uma ferramenta facilitadora para que o profissional educacional consiga adquirir e chegar ao objetivo com mais facilidade de acesso ao educando, é um instrumento para o trabalho docente. Para melhor compreensão podemos definir o currículo como uma peça fundamental e central nas dinâmicas das atividades educacionais.

O CFN deve ser relacionado e capacitado de forma em que abranja os conhecimentos e conteúdos formais, porém o professor não pode esquecer de que as suas metodologias tem que estar de acordo com o envolvimento da vida diária de cada estudante, para que o mesmo consiga compreender sua capacidade com seu conhecimento específico.

O professor necessita encontrar condições para que o estudante tenha o seu nível de aprendizado presente e preservado, juntando isso com o ambiente que está inserido, sendo em sua vida diária ou na intuição na qual esta inserido. Rosseto et. al (2006, p.107), falam que:

As pessoas com deficiência, assim como as demais pessoas, devido a sua trajetória social, podem apresentar dificuldades para realizar algumas atividades, embora possa apresentar extrema habilidade para outras. Portanto, ao se relacionar com uma pessoa com deficiência, respeite a sua diferença sem acentuá-la. Não fique lamentando sua deficiência, afirmando que sua vida é muito difícil, pois para uma boa parte delas, o defeito não converteu em obstáculo intransponível.

O currículo e o planejamento inserido na sala de SPE deve priorizar a idade cronológica do estudante, e deve então propor vivências e experiências planejadas para melhorar o aprendizado e complementar esse ensino. Sacristán (2000, p. 151) afirma que:

[...] entre os professores e o currículo prescrito em seus traços mais gerais se situam seus agentes apresentadores”. Sendo assim, a escola tem uma vida, uma cultura, uma identidade e oferece condições para certas experiências. Ainda fala que “as reformas curriculares nos sistemas educativos desenvolvidos obedecem pretensamente à lógica de que através delas se realiza uma melhor adequação entre os currículos e as finalidades da instituição escolar [...] (BARIVERA,2014. Apud SACRISTÁN,2000, p, 151)

Revista Gepesvida

É necessário então que o professor adapte seus objetivos com nitidez para que todas as pessoas envolvidas consigam compreender a intenção de ensino daquele estudante, para que todos consigam dar continuidade no trabalho realizado pelo professor, fazendo que esse estudante consiga aproveitar ao máximo todos os conteúdos que estão sendo inseridos no seu contexto “O professor deveria encontrar oportunidades de ensino que sejam naturais, evitando situações artificiais”. (BARAVIERI apud SUPLINO, 2005, p. 36). Enfatizando que o estudante aprenda de forma prazerosa para conseguir maior aproveitamento.

A atividade deve ser igualmente divertida para o professor. Com seu entusiasmo, ele terá maior possibilidade de envolver a turma, além de não sentir-se, ele mesmo, enfadado. Através de atividades divertidas, os estudantes poderão aprender muitas habilidades e para o professor será um prazer ensiná-las (BARAVIERI, Apud SUPLINO, 2005, p. 38).

Diante disso percebemos que o professor é uma parte fundamental nesse processo de conhecimento com o estudante e deve ter claro quais as habilidades a serem alcançadas e o ensino cognitivo que cada estudante necessita, mudando então suas práticas pedagógicas sempre que necessário para o melhor aprendizado do educando com deficiência intelectual.

3. ANÁLISE DE DADOS

Durante a análise de dados, percebemos que os professores entrevistados possuem de 3 a 4 anos de experiência na área e já aplicam o CFN com seus estudantes. Isso demonstra que esses profissionais têm condições de contribuir com a diminuição da frequência de comportamentos atípicos por meio da reestruturação de atividades adaptativas. E, com frequência fazem uma análise funcional do ambiente e elaboram uma programação de ensino de atividades específicas para modificar as contingências ambientais.

Mesmo os dois professores entrevistados têm pouco tempo de diferença na instituição, podemos perceber que para um profissional não foi disponibilizado as capacitações necessárias e diretas, sendo repassada pela assessoria o que prejudica a reestruturação das atividades, como é possível perceber no depoimento a seguir: “Apenas

Revista Gepesvida

assessorias com profissionais do CFN (profissionais que trabalham na instituição e vão passando para os outros)” (P1).

No entanto, o professor (P2), já afirma que a “[...] fundação forneceu capacitação com pessoas especializadas na área desejada”.

A formação continuada dos professores é essencial. Para Suplino (2005) a Educação Especial é um desafio constante. Não pela dificuldade pedagógica de intervenção com os estudantes no processo de ensino e aprendizagem, mas por ser uma oportunidade do professor em redescobrir o que é o “ensinar”.

Na formação do profissional da educação é mais importante centrar a atenção em como os professores elaboram a informação pedagógica de que dispõem e os dados que observam nas situações da docência, e em como essa elaboração ou processamento de informação se projeta sobre os planos de ação da docência e em seu desenvolvimento prático (IMBERNÓN, 2011, p.41)

É pelo CFN que se pode auxiliar a crianças ou jovens com deficiência a desenvolverem melhor sua autonomia, independência e criatividade. Além de aumentar as respostas adaptativas das crianças, o CFN busca a diminuição de comportamentos considerados disfuncionais, como as birras, por exemplo. Nesse sentido, o que esses professores buscam é a possibilidade de ensinar o que é necessário para que a criança se torne capaz de se adaptar bem ao ambiente em que vive. Assim o desafio é constante e a formação continuada essencial.

Quando os professores entrevistados foram questionados sobre o plano educacional proposto pelo programa e se esse favorecia a apropriação dos conceitos pelas crianças e jovens atendidos, uma das professoras generaliza que todos os educandos tem capacidades para ser aplicado o CFN. Porém, a outra já enfatiza que em alguns casos ele não é imposto como é possível verificar a seguir nos depoimentos: “Nosso público tem potencial para se apropriar do CFN médio e longo prazo” (P2).

“Em sua grande maioria sim, portanto há casos específicos que devido as suas especificidades precisaria ser revisto se o CFN é o melhor caminho para atender suas necessidades” (P1).

Essa demanda retratada nos depoimentos mostram que o CFN é uma proposta metodológica muito diferente de todas as outras que estão disponíveis no meio educacional e que necessita ser aprendida pelos professores. Principalmente, por contar com uma postura muito diferenciada do professor.

Revista Gepesvida

O primeiro passo para o planejamento das atividades é distanciar-se de todo o preconceito e visões pré-construídas sobre o aluno e sobre o autismo. Compreender que cada aluno é um, independentemente de ser ou não um aluno com autismo. E assim, cada criança possui suas habilidades e conhecimentos que precisam ser mais explorados. O que é uma dificuldade grande para um aluno, pode ser para o outrouma tarefa simples e tranquila. Deste modo, a autora afirma a necessidade de conhecermos, sim, os quadros clínicos de nossos alunos. Ao invés de rotularmos suas habilidades e dificuldades de acordo com o seu CID, devemos nos aproximar dele e nós mesmos, despidos de pensamentos pré-concebidos, analisarmos suas habilidades e fraquezas (FERNANDES, 2016, p. 15).

Nessa direção, questionamos os entrevistados sobre quais aspectos deste programa poderiam auxiliar o professor do ensino comum no processo de ensino-aprendizagem. Percebemos, nesse sentido, que uma das professoras compreende o CFN como auxílio no momento das atividades propostas com os estudantes, já a outra como a maneira de olhar e se relacionar com o estudante, como podemos verificar nos depoimentos a seguir:

“Sua correlação com rotinas cotidianas aproveitadas de forma natural que proporcionam um aprendizado muito significativo permitindo ao educando desenvolver suas habilidades” (P1).

“Esse programa faz o professor ver o estudante com outro olhar, existe sim dificuldades de aprendizagem, porém cada um tem sua especificidades, partindo da possibilidade e habilidade de cada indivíduo, cada um é capaz de aprender de jeitos diferentes ou diferenciado” (P2).

De acordo com Suplino, (2005), o que deve ser feito é se organizar um Currículo Funcional Natural para cada estudante e esse CFN tem que ser planejado pelo professor, que ao se aproximar de seu estudante, conhecer suas habilidades e suas fragilidades consegue concluir o que será funcional para a aprendizagem desse estudante, isto é, o que acarretará em ganhos ao seu desenvolvimento e qualidade de vida.

Desse modo, percebemos a importância da formação dos professores e, conseqüentemente, de seus saberes. Tardif (2014) afirma que a questão do saber dos professores não deve ser separada das outras dimensões do ato de ensinar. O saber do professor é “deles” e está relacionado a pessoa que ele é: identidade, experiência de vida, história profissional. O ser social é indissolúvel do ser professor e deve ser analisado e estimulado ao bom desenvolvimento. Desse modo, olhar do professor precisa ser

Revista Gepesvida

expandido e despedido de pré-julgamentos afinal ele ensinará o estudante muito mais do que informações, ele o preparará para a vida.

Outro ponto relevante da pesquisa foi quando perguntamos sobre as vantagens e as desvantagens do programa. Em relação as vantagens os professores possuem o mesmo pensamento. Em desvantagens um dos professores mencionou que não via desvantagens no programa proposto, como retratado pelos depoimentos a seguir:

“Vantagens: aprendizado mais concreto muito significativo trazendo sentido ao cotidiano da pessoa atendida. Desvantagens: Devido algumas especificidades de algumas pessoas atendidas pode não ser o melhor método para esse público” (P1).

“Vantagem: o CFN visa o benefício na vida diária desse indivíduo com deficiência, e o mesmo pode adquirir habilidades que antes não tinha. Desvantagens: Não vejo desvantagens no programa” (P2).

O que podemos perceber é que compreender a Inclusão e praticá-la não é tarefa simples e necessita de quebra de preconceitos. Incluir não é colocar a criança ou jovem dentro da sala de aula e pronto. É, em primeiro lugar, conhecer essa criança, traçar um plano de ensino, por meio do CFN, analisar o que ela precisa aprender para ter autonomia. Nesse sentido o CFN é uma vantagem, pois ele proporciona tal ação.

Assim, o CFN é um trabalho que engloba o individual e, também, o social. Trabalho árduo, porém valioso. Supino (2005) comunga com essa perspectiva quando aponta a importância em se conhecer e trabalhar o meio no qual a criança está inserida. “O treino comportamental para que esse estudante se sinta o mais próximo dos colegas que o cercam, exercendo o máximo de autonomia e sendo assim mais aceito pelo meio que o cerca” (FRENANDES, 2016, p. 68).

Corroboramos com Cunha (2015) quando reitera que o exercício docente começa pela observação e, nesse caso, com a observação do ambiente no qual a criança ou jovem está inserido. Para se observar, é necessário saber o que olhar. Segundo (Andrade, 2011, p. 56) “um olhar luxuoso sobre o outro”. Para saber o que olhar é necessário conhecimento prévio, informação.

Que para Tardiff (2014) estaria ligado à necessidade da formação de qualidade do professor e desse modo compreender que os saberes dos professores não vêm de uma única fonte, e sim de vários lugares.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ademais, com a pesquisa inserida no currículo funcional natural nos currículos institucionais, se privilegiará o desenvolver do aprender a ser (autoconhecer, aprender a se descobrir), o aprender a fazer (ser criativo, gerenciar situações significativas), o aprender a conviver (respeitar as leis da coletividade, a ética e a solidariedade), o aprender a antecipar (antecipar as consequências de seus atos), e o aprender a participar (agir conscientemente no processo de transformação), requisitos estes essenciais no perfil do cidadão do século XXI.

Neste enfoque, aponta-se para a construção de uma nova instituição de educação formal revolucionária que implante a gestão democrática e que invista na inovação. Enfim, um novo currículo que contemple novos saberes. Quem sabe um currículo funcional natural.

Quando se fala currículo funcional, não se quer negar as que existiram e as que existem, mas sim redimensionar ideias, compartilhar utopias, traçar metas e agir com sabedoria para qualificar saberes geradores de ações verdadeiramente significativas. Então, a proposta é a reestruturação de conhecimentos capazes de originar um currículo que contemple o ser a pessoa com deficiência intelectual em suas múltiplas dimensões.

No entanto, o professor para contribuir nesse processo precisa ter embasamento teórico e uma excelente percepção, a ponto de organizar estratégias que envolvam conteúdos que devem ser previamente planejados, afim de não perderem suas especificidades. O professor precisa se conhecer, saber ouvir, saber falar, saber respeitar, saber valorizar, saber entender e principalmente saber identificar os anseios, dos educandos. Assim, poderá criar subsídios por meio do currículo funcional natural para contextualizar e dar maior significado ao que é proposto dos currículos institucionais.

Enfim, vê-se o currículo como um instrumento da cidadania democrática que deve ser flexível às mudanças sócio-históricas vivenciadas.

Assim, evidenciamos que o currículo na concepção atual não é um elemento neutro, pois reflete problemas sociais, sendo necessário desvelar as conexões que estão impregnadas no processo de ensino-aprendizagem para que o currículo possa trabalhar para a emancipação humana.

Revista Gepesvida

Desta forma, consideramos que se a prática pedagógica do professor estiver pautada em uma concepção educacional que valorize as diferenças e a potencialidade de cada educando, o professor poderá oportunizar um entendimento mais globalizado, sem os fragmentos da educação tradicional. Podendo levar o educando a entender as partes e o todo, as causas e os defeitos, fazendo-o refletir sobre sua responsabilidade no processo de transformação da realidade circundante.

REFERÊNCIAS

BARIVIERA, D.N. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. Paraná, 2014.

BRASIL, SEED – Secretaria de Educação Especial. Série: **Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2006.

BRASIL. SEED – Secretaria de Educação Especial. Série: **Saberes e Práticas da Inclusão**. MEC, 2006.

DALGALARRONDO, P (2000). **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais**. Porto Alegre: Artmed.2000.

CUNHA, M.I. da. (org). **Reflexões e práticas em pedagogia universitária**. Campinas: Papyrus, 2015

FERNANDES, ANA LUISA MACHADO. O papel da música no currículo funcional do ensino de ciências para alunos com autismo: formação continuada. **Dissertação**, Universidade Federal de Itajubá. Programa de pós-graduação no ensino de ciências, 2016.

CONEGLIAN, A. L. O. **Análise do comportamento informacional de pósgraduandos surdos: subsídios teórico-práticos para a organização e representação do conhecimento**. Marília, 2008. Disponível em: <<http://www.culturasorda.eu/resources/Analise+do+comportamento+informacional+de+pos+graduandos+surdos.pdf>> Acesso em 10 de novembro de 2018

Gardner, H. (2006). *Multiple intelligences: New Horizons*. New York: Basic Books.

GIARDINETTO, A. R. S. B. **Educação do aluno com autismo: um estudo circunstanciado da experiência escolar inclusiva e as contribuições do currículo funcional natural**. Marília, 2009. 193 f. ; 30 cm.

Revista Gepesvida

LEBLANC, J.M. **Enseñanza Funcional/Natural para la Generalización y Mantenimiento de las Habilidades para Niños com Autismo y Retardo Mental.**

Universidade de Kansas e Centro de Educação Especial Ann Sullivan, Peru.1982;

HONORA M. & FRIZANCO M. L. **Esclarecendo as deficiências:** Aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva. Ciranda Cultural, 2008.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional:** formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2011.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2013.

PINO, A. **Ciência e Educação:** a propósito do bicentenário do nascimento de Charles Darwin. Educ. Soc., Campinas, v. 30, n. 108, p. 845-866, out. 2000.

ROSSETO, E.; IACONO, J. P.; ZANETTI, P. SILVA. **Pessoa com deficiência:** Caracterização e formas de relacionamento - PEE (org). Pessoa com deficiência: aspectos teóricos e práticos. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006. p. 105 – 140.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 4 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

SACRISTAN, G. **O Currículo, uma reflexão sobre a prática.** Trad. Ernani F. da F. Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SUPLINO, M. **Currículo funcional natural:** guia prático para a educação na área do autismo e deficiência mental. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; Maceió: ASSISTA, 2005. p. 21 cm. (Coleção de Estudos e Pesquisa na Área da Deficiência; v. 11).

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Data da submissão: 17-08-2019

Data da aceitação: 16-12-2019